



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CIA – CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ERLANE GARCIA FERRAZ

HOMOAFETIVIDADE NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

**CAMPINA GRANDE
2016**

ERLANE GARCIA FERRAZ

HOMOAFETIVIDADE NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elvira Bezerra Pessoa

**CAMPINA GRANDE
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F381h Ferraz, Erlane Garcia
Homoafetividade na escola [manuscrito] : um olhar sobre a
família / Erlane Garcia Ferraz. - 2016.
57 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Elvira Bezerra Pessoa,
Departamento de Educação".

1. Homoafetividade. 2. Educação. 3. Escola. I. Título.

21. ed. CDD 155.3

ERLANE GARCIA FERRAZ

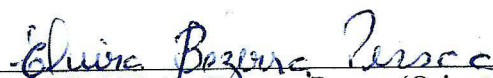
HOMOAFETIVIDADE NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA


Monografia apresentada a Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.


Orientadora: Prof^ª Dr^ª Elvira Bezerra Pessoa

Aprovada em: 13 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA


Prof^ª Dr^ª Elvira Bezerra Pessoa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. João Paulo dos Santos de Andrade
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof^ª Dr^ª. Kelli Faustino do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esta monografia em memória de meu pai, que eu amo muito e que sempre estará presente em meu pensamento em todas as fases da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência e perseverança para chegar até aqui, mesmo sabendo que ainda não cheguei ao fim da estrada, mas há ainda uma longa jornada pela frente. Eu jamais chegaria até aqui sozinha. Minha terna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pois, sem Ele nada sou.

Aos meus pais Terezinha Garcia e João Estevam, que sempre serão os meus maiores exemplos e por terem me dado uma educação digna, a ponto de estar passando por esse momento de glória.

Às minhas irmãs, Evania, Evaneide, Evanilsa, por sempre estarem do meu lado, me apoiando e me incentivando, e a meu irmão Geovanni, que sempre que eu precisei me emprestou um pouco do seu conhecimento para ampliar mais ainda a minha pesquisa.

Aos meus companheiros e grandes amigos de trabalho, Fabrícia, Solange e Antônio Carlos, que, durante esses cinco anos de curso, foram fundamentais para o êxito da minha caminhada, sempre me socorrendo e suportando meus estresses diários.

A todos os meus professores do Curso de Pedagogia da UEPB, em especial, Prof^ª. Elvira, Prof^º. João Paulo, Prof^ª. Graça, Prof^ª. Cristna e Prof^ª. Jaqueline, que contribuíram ao longo curso, por meio de seus ensinamentos e também dos laços afetivos que irão permear por toda vida.

A minha orientadora, Pro^ª Dra. Elvira Bezerra Pessoa, por ter caminhado junto comigo na elaboração do meu trabalho, sem a senhora não teria chegado até aqui.

A banca, que com toda sua atenção e carinho aceitou colaborar com as suas relevantes contribuições para melhorias do meu trabalho.

E, por fim, não poderia deixar de agradecer a todos os meus colegas e amigos para toda vida, a minha turma querida, em especial, as minhas amigas, Erica, Janaina, Júnia, Silvana, meus amigos Joelson e Carlos, e a minha amiga/irmã companheira para todas as horas, Luana, um presente de Deus em minha vida.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

RESUMO

A relação da família com a escola é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Sendo assim, espera-se que a escola seja um ambiente livre de qualquer preconceito ou discriminação. O presente trabalho tem como objetivo discutir a homoafetividade na escola, uma vez que as questões de gênero perpassam toda a História, chegando até os dias atuais, e que a sexualidade encontra-se inserida nos corpos e espaços escolares. Nesse sentido, a presente pesquisa, de cunho qualitativo, teve por objetivo analisar como os professores e a equipe escolar lidam com a homoafetividade. Através da aplicação de um questionário com professores da rede municipal e estadual da cidade de Boa Vista-PB. A fundamentação teórica contemplou os estudos de Butler (2010), Louro (1997, 1998, 2004,2008), Miskolci(2012), Zambrano (2006). Foi possível obter resultados que apontaram a essência de resistência dos profissionais da escola em relação à homossexualidade e, conseqüentemente, a homoafetividade, que, em suas respostas, propagaram discursos preconceituosos e intolerantes em relação à temática. No entanto, muitas vezes a escola parece não saber lidar com estas situações que envolvam a homafetividade. É preciso que fique claro, para os educadores e educadoras que assumem as diferentes funções dentro da escola, que assumir a orientação sexual, seja ela qual for, é um DIREITO da pessoa. Desrespeitar tal direito implica em punição. Assim, consideramos que a nossa pesquisa permitiu traçar um cenário sócio educativo acerca do tema.

Palavras-chaves: Homoafetividade. Educação. Escola.

ABSTRACT

The relation between family and school is essential to the development of the student, thus, the school must be an environment that is detached from prejudice or discrimination. The present study aims to discuss the homoaffectionately/homosexuality at the school, since gender issues permeate all of history till the present days and is inserted the sexuality in the bodies and school spaces. In this sense, this qualitative research according to Gil (2008) aimed to analyze how teachers and school staff deals with homoaffectionately. Through a questionnaire with teachers from municipal and state schools of the Boa Vista-PB city, it was possible to obtain results that indicate the substance resistance from professionals towards homosexuality and therefore homoaffectionately, that in their answers spread biased and intolerant discourse in relation to the theme. However, often the school does not seem to know how to deal with these situations. It must be clear to the educators who take on different roles within the school, to take sexual orientation, whatever it may be, it is a person LAW. Disrespecting the law implies punishment. We consider that our research allows us to draw a socioeducational scenario about the theme.

Key words: Homoaffectionately. Education. Conflicts.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – É importante dialogar gênero na escolar?.....	39
Gráfico 02 – Na escola em que trabalha , tem famílias homoafetivas?	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

APGL Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais.

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	13
2.0	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	Gênero e sexualidade.....	15
2.1.1	Gênero e sexualidade no contexto escolar.....	17
2.1.2	Dialogando Queer.....	20
2.2.	O que é homossexualidade?	22
2.2.1	Homofobia no contexto da escola.....	26
2.3	Reflexões sobre os Parâmetros Curriculares	27
2.3.1	A orientação sexual nos PCN's.....	28
2.4	Programa Brasil sem Homofobia	30
2.5	Famílias homoafetivas/ homoparentais.....	33
2.5.1	Escola dialogando acerca da homoafetividade.....	35
3.0	INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	38
3.1	Colaboradores da pesquisa.....	38
3.2	O método utilizado.....	38
4.0	RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA.....	40
5.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
6.0	REFERÊNCIAS.....	53
7.0	ANEXOS.....	57

1. INTRODUÇÃO

O foco desse trabalho é refletir acerca da homoafetividade no espaço escolar, pois se, de um lado, a escola é vista como um meio facilitador para a socialização, de outro, fazem-se presentes relações de poder e é, justamente, nesse ambiente que circulam corpos, sexualidade, sujeitos, identidades, poder político, técnicas disciplinares.

Segundo Abramowicz (2010), o corpo é uma construção social e, muito antes de nascermos, temos em nossos corpos uma narrativa deixada por nossos antepassados e contemporâneos. A escola, por sua vez, como instituição social e política que é, também deixa marcas nestes corpos. Enquanto alunos, seus corpos permanecem sentados em suas cadeiras escolares por horas, com horários determinados, em posições disciplinadas, como mero receptor do conhecimento. Na circunstância escolar, quando se fala da sexualidade destes corpos, apresenta-se aos estudantes a heterossexualidade como norma a ser seguida, ou seja, uma heteronormatividade. A partir do momento que estes corpos “dissolvem” a barreira do tradicional e questionam os padrões morais, principalmente em torno dessa unicidade da heterossexualidade, são vistos como violadores da norma, anormais, doentes, ou seja, a mercê de todo tipo de estigmas e preconceitos.

A sexualidade, fruto de produção da cultura, está agregada a relações de poder e é através destas que os significados culturais do que se considera importante para cada grupo social são construídos (COSTA, 2004).

Vivemos os tempos em que a educação é anunciada como base formadora da sociedade. Porém, nem tudo é um mar de rosas, pois a educação precisa se reinventar e rever muitas de suas antigas e intocáveis concepções. Todos os aspectos ligados à educação ainda são vistos de um ponto de vista tradicional e, enquanto isso, a pluralidade que ela necessita aceitar cai no esquecimento. A escola deve ser um ambiente que promove a tolerância, o respeito às diferenças e a convivência entre as pessoas. Sem essas características, não há dinamismo e não há caminhos que façam da educação uma estrutura aberta e disposta a se adequar a uma diversidade cultural.

Por ser um assunto atual e relevante para a sociedade, é importante analisar como os alunos que fazem parte de famílias homoafetivas estão sendo recebidos na escola. Será que a escola está realmente preparada e de portas abertas para a diversidade ou ainda está cercada por paradigmas que a fazem fechar os olhos para essa realidade? A partir dessa problemática, surge o interesse de investigar a postura da Escola em relação às possibilidades que oferece

para que alunos tanto das famílias homafetivas como das famílias tradicionais estejam envolvidos com temas atuais voltados para a diversidade e, em especial, para a configuração familiar homoafetiva.

O desrespeito à orientação sexual de alunos ou, ainda, à orientação de seus pais e/ou responsáveis ou a qualquer um dos membros da família do aluno, pode gerar como consequência o fracasso escolar e a evasão, uma vez que o estudante pode se sentir humilhado por sua intimidade e privacidade estarem sendo depreciadas. Zelar por condições de aprendizagem que favoreçam o sucesso do aluno e que evitem a evasão escolar é uma das atribuições dos profissionais da educação. Em virtude disso, explorar o tema da homoafetividade, de forma adequada, torna-se uma responsabilidade dos docentes e dos demais profissionais da Escola.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Gênero e sexualidade

As construções sociais se fazem presentes desde a infância. E, ao falarmos de gênero e sexualidade, podemos afirmar que a nossa sociedade não seria um exemplo de igualdade. Ao nascerem, elas (as crianças) são pré-determinadas com a ideia de que a divisão entre o masculino/feminino vista como algo natural. Isso pode ser constatado logo cedo: após o nascimento, os quartos e as roupas são escolhidos com as cores destinadas a cada sexo. Outros acessórios, a exemplo dos brinquedos, dos enfeites de cabelo, do boné, deixam bem claro qual é a posição de cada um na sociedade. As meninas, com suas bonecas, frágeis, carinhosas, amorosas, podem até mesmo andar de braços dados com a amiga e dar beijo na bochecha. No entanto, se um menino faz as mesmas ações com um amigo é advertido por seu responsável e ganha olhares “atravessados” dos que o rodeiam. Relevante enfatizar que estas noções – masculino e feminino – foram construídas historicamente e aprendidas nas relações entre os sujeitos. Quanto a isso, Louro (1997, p. 21) esclarece:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental.

Agora, imaginemos uma massa que apresenta uma forma totalmente indefinida, ainda livre das ideias e conceitos, que podem modelá-la a partir de uma conjectura que pode ser julgada como adequada e guiada a partir de preceitos sociais. De toda essa lógica, temos que creditar toda uma base para a divisão de gêneros e ao papel imaginado para cada um deles dentro de um determinado espaço. Porém, a ordem e a comunidade dos significados sempre podem ser questionados e incomodados, a partir de uma corrente que nade contra o padrão.

De acordo com Louro (2004), as normas são construídas pela sociedade e, quando nos referimos a gênero, percebemos que a finalidade de normatizar é a distinção dos indivíduos de acordo com o seu sexo. Esta, por sua vez, é refletida nos significados culturais e sociais, que são impostos desde a infância. Contudo, por mais que seja feito, sempre haverá aqueles que

subverterão a ordem e a norma e, para esses “transgressores”, a sociedade reserva penalidades, reformas e exclusões. Ao mesmo tempo em que a matriz heterossexual determina o padrão, o que deve ser seguido, determina também o que o subverte. Para Scott (1990), citado por Oliveira e Knöner (2005), o conceito de gênero enfatiza todo um sistema de relações que, embora possa incluir o sexo, não é por ele determinado nem determina diretamente a sexualidade.

A identidade de gênero é construída de acordo com as concepções cotidianas, que possibilitam um olhar diferenciado para o homem e para a mulher. Tais concepções são responsáveis pela criação de imposições em relação à organização social, em que a relação de poder vai ser definida de acordo com o sexo, culturalmente falando. Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis, mas também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. De acordo com Scott :

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT apud GROSSI, 1998, p. 15).

As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura e são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas e as possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se.

O conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX, que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens, através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos. Para tanto, Alves e Pitanguy (2003, p. 19) defendem uma educação para as meninas semelhantes a que é oferecida aos meninos:

Se fosse costume mandar as meninas à escola e ensinar-lhes as ciências, como se fazem aos meninos, elas aprenderiam da mesma forma que estes compreenderiam as sutilezas das artes e ciências, tal como eles (ALVES e PITANGUY, 2003, p.19)

Atualmente, percebemos grandes mudanças positivas relacionadas à diferença de sexo. As mulheres estão ocupando posições que, anteriormente, não podiam. O seu acesso na sociedade está crescendo de forma significativa, apesar de termos consciência que a desigualdade e a discriminação ainda existem, como podem ser notados nas condições salariais inferiores e na violência contra a mulher, que cresce diariamente. Mas, para chegar a tal ponto, foram necessárias grandes lutas. Um exemplo dessas lutas foi à conquista da participação da mulher na política, como enfatiza Machado (2012, p. 30):

A Lei nº 9100 de setembro de 1995 impulsionou a participação política da mulher “com orientação do projeto da bancada de mulheres na câmara federal, ilegalmente aos partidos uma cota mínima de 20% de representação feminina nas campanhas municipais para o legislativo” Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas. (MACHADO; MACHADO, 2012, p. 30).

Guacira Louro (1998) ressalta que a “primeira onda” do feminismo começa no séc. XIX com as “manifestações contra a discriminação feminina”. As reivindicações, naquele momento, tinham o foco, originalmente, na promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres, além da oposição de casamentos arranjados e da propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) por seus maridos. No entanto, no fim do século XIX, o ativismo passou a focar, principalmente, a conquista de poder político, especialmente o direito ao voto.

2.1.1 Gênero e sexualidade no contexto escolar

Outro ponto imprescindível ao tratar de gênero e sexualidade é o ambiente escolar, pois, a Escola é um importante cenário para a análise de como essas dicotomias são reproduzidas. Nesse ponto, Louro (1997, p. 57) observa que “é indispensável admitir que a escola, como qualquer outra instância social, é, queiramos ou não, um espaço sexualizado, generificado”.

Dentro do universo escolar, é possível observar que os alunos, desde a educação infantil, possuem determinados posicionamentos acerca de gênero, o que pode ser notado por simples atitudes e comportamentos. Um exemplo disso é o fato da menina interiorizar que deve ser meiga, comportada, organizada, se enxergando como as mais frágeis e que, por isso, devem evitar um contato muito próximo com os meninos, que são vistos como sendo mais

agressivos e “brigões”. Como a família é a primeira responsável por impor certas características, é de grande importância discutir gênero na escola, pois sabemos que as meninas e meninos sofrem em relação à sexualidade e ao machismo. Muitas, desde cedo, apresentam, em sua identidade, características que demonstram a sua sexualidade, o que acaba provocando sofrimento. Já os meninos, desenvolvem ideias machistas precocemente.

Para Louro (1997), é ainda na infância que meninas aprendem a ocupar um espaço corporal bastante limitado e, em consequência disto, desenvolvem certa timidez corporal. Desde pequenas, são “treinadas” para o cuidado, para o “instinto maternal”, quando brincam com bonecas, enquanto que os meninos ampliam mais o raciocínio lógico e a agilidade, com brinquedos de montar, construir, moldar, dentre outros. Isso, por sua vez, reflete na escolarização de ambos, haja vista que as atividades que envolvem cálculos são de preferência masculina e, apesar de terem a mesma possibilidade, as meninas acreditam serem menos capazes, ou não aptas, para a Matemática. Tendo em vista a história das relações entre o feminino e o masculino, se faz necessário pensar e repensar na reprodução desses papéis, principalmente, na abordagem durante o processo de ensino-aprendizagem.

O modo como a escola e o professor lidam com as relações de gênero e a sexualidade, na maioria das vezes, ocorre através da criação de espaços binários, como exemplos as divisões das filas, os brinquedos, as cores e até a organização da própria sala de aula, que acabam aprisionando as identidades dos sujeitos, espaços estes que, quando são transgredidos, deixam o professor desorientado por ter que lidar com questões referentes ao gênero, como podemos perceber nas palavras de Rios (2009, p. 103):

Nesta linha, diversas cenas relatadas pelos professores cursistas, durante os debates no módulo Diversidade Sexual, apontam para a dificuldade em lidarem no cotidiano escolar, não propriamente com a homossexualidade, mas com meninos e meninas que, por exemplo, brincam de modo divergente do comumente esperado para homens e mulheres (p.e.: menina jogar futebol).

Então, podemos avaliar que o critério utilizado, pela Escola, para promover a divisão dos alunos em grupos é o sexo. Dessa forma, entende-se a relevância de se trabalhar as diferenças sexistas no espaço escolar. Como observa Louro (1998), a Escola é um dos lugares onde se delimita espaços, serve-se de símbolos e códigos, afirma o que cada um pode, ou não fazer. Louro (1997) ainda chama a atenção para a forma com que os educadores encaram a discussão da sexualidade, pois muitos pensam que, se deixar de tratar desses problemas, a sexualidade ficará fora da escola. A escola não reproduz ou reflete as concepções de gênero e

sexualidade que circulam na sociedade; ela, na realidade, produz tais concepções. Os indivíduos aprendem, desde muito cedo, a reconhecer seus lugares sociais, através de estratégias muito difíceis de reconhecer.

Vale reforçar a necessidade da existência de práticas educativas e de como o currículo escolar deve priorizar os princípios da diversidade. Seguindo esse raciocínio, as escolas e os profissionais devem ser preparados para situações que envolvam devidas abordagens. Tratando-se de um discurso, caso não seja trabalhado corretamente, a criança terá em mente concepções errôneas que vão permear sua educação. As estratégias de poder que se encadeiam na escola para exercer controle e para educar os estudantes podem ser analisadas a partir do currículo. Da mesma forma, podemos dizer que o currículo, assim como as demais práticas ou objetos culturais, trabalham no sentido de produzir os sujeitos. Consonante com Silva (1995, p. 195)

O currículo não é, assim, uma operação meramente cognitiva, em que certos conhecimentos são transmitidos a sujeitos dados e formados de antemão. O currículo tampouco pode ser entendido como uma operação destinada a extrair, a fazer emergir, uma essência humana que pré-exista à linguagem, ao discurso e à cultura. Em vez disso, o currículo pode ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares.

É necessário discutir o estudo e estruturação de um currículo multicultural, a fim de efetivar as práticas escolares que tratem da diversidade, sexualidade e orientação sexual nas escolas, como forma de garantir o direito às diferenças e ao princípio da igualdade. Faz-se necessário utilizar o estudo e a discussão de temas voltados para sexualidade, por meio de metodologias interdisciplinares, sendo um desafio tanto para o pedagogo como para o professor, que dispõe de pouco tempo para preparo e estudo dos conteúdos já planejados.

A diversidade é visível aos olhos e precisa ser respeitada. As teorias existem para serem praticadas e não para serem esquecidas. As salas de aulas são laboratórios excelentes para que os professores exerçam sua prática, pois os alunos estão prontos para receberem os conhecimentos que serão oferecidos. Existem diversos subsídios que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento da criança em sala de aula. O livro didático não é a única ferramenta que pode ser trabalhada, já que existem meios que, ao serem utilizados, facilitam o dia a dia do professor e do aluno.

Um desses meios é a utilização da literatura como estratégia de ensino para abordar assuntos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade. Mas, abordar temas que

envolvam tal temática torna-se algo complexo para muitos profissionais, que ainda estão presos a paradigmas tradicionalistas. Infelizmente, sabemos que isso ainda acontece mesmo depois da promulgação da Lei Nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, que criou os Parâmetros Curriculares Nacionais e inseriu temas transversais, sobre os quais falaremos mais adiante, no currículo escolar, possibilitando a produção de variadas obras literárias, que abordam temas como ética, pluralidade cultural e diversidade, para as crianças.

Nesse sentido, discutir às questões de gênero na sociedade, em geral, e na escola, em particular, supõe o compromisso de promover uma educação democrática e inclusiva, sem preconceitos nem discriminações.

2.1.2 Dialogando Queer

Explorando um pouco a história, aproximadamente na segunda metade do século XX, surgem os novos movimentos sociais, destacando o movimento homossexual, a segunda onda dos movimentos feministas e, também, não podemos deixar de falar do movimento pelos direitos civis dos negros do sul dos Estados Unidos. Esses movimentos tinham como objetivo reivindicar os direitos sociais, como o respeito e a dignidade e mostrar que a desigualdade ia muito além das injustiças econômicas e de classes.

A partir de então, surgem os novos personagens sociais, que são tratados por “abjetos”. Como explica Richard Miskolci (2012, p. 24), o termo “abjeção” refere-se “ao espaço que a coletividade costuma relegar a aqueles e aquelas que consideram uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política”.

Ao desatacarmos o movimento homossexual, salientamos que o mesmo teve, como ponto de partida, a Rebelião de Stonewall, ocorrida na década de 60. Nessa época, a homossexualidade ainda era considerada uma desordem mental e, a cidade de Nova York, era considerada como o lugar que tinha a maior população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais) , além de rígidas leis contra sodomia do país, havendo, inclusive, criado esquadrões do vício para fazer batidas nos bares homossexuais e prender seus clientes.

O bar de Stonewall Inn era um ambiente de higiene precária, sendo um dos poucos locais onde pessoas LGBT podiam socializar, beber, dançar e ser homossexuais. Na noite do dia 28 de junho de 1969, os frequentadores do *Stonewall Inn* resistiram à prisão e a polícia perdeu o controle da situação. O cenário virou uma praça de guerra, com confrontos violentos,

que duraram seis dias. Este fatídico episódio marcou o momento da virada do movimento pelos direitos homossexuais nos Estados Unidos e em todo o mundo.

Não obstante, esse movimento surgido em Stonewall foi também reprodutor dos valores e preconceitos da classe dominante. Como reação não só ao conservadorismo sexual tradicional, mas também ao movimento homossexual, até então hegemônico, surge nos Estados Unidos a “Queer Nation”, cuja tradução literal é algo próximo de “nação anormal”, “nação esquisita”, conforme afirma Miskolci (2012, p. 24):

Vale lembrar que queer é um xingamento, é um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria. A ideia por trás do Queer Nation era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo da contaminação. É assim que surge o queer, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela AIDS.

O “Queer Nation”, segundo Carvalho (2004, p. 209), tinha como um dos principais objetivos a “ampliação de contra políticas democráticas para um ativismo no combate ao HIV, procurando, assim, transformar o discurso sexual público”.

A teoria queer começou a ser desenvolvida, a partir do final dos anos 80, por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente, nos Estados Unidos. A expressão “teoria queer” foi usada pela primeira vez por Teresa Lauretis, em uma conferência realizada na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, em fevereiro de 1990. E se consolidou como corrente intelectual, tendo como uma das fontes importantes os trabalhos sobre gênero, de Judith Butler, as pesquisas de Eve Sedgwick, pensadoras que interpretam a homossexualidade e a heterossexualidade como construções históricas e sociais, e as reflexões de Michel Foucault sobre a sexualidade.

É importante destacar, que a palavra queer, utilizada pelos teóricos, não tem uma tradução exata para a Língua Portuguesa. Assim, Louro (2004, p.38) define a expressão da seguinte forma:

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do inexcedível. Queer é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina”.

Vale enfatizar que o propósito da teoria e dos teóricos era positivar as formas pejorativas de insultos aos homossexuais. É como diz Butler (2002, p. 58), “queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos”. Portanto, o objetivo é dar um novo significado ao termo, passando a entender a expressão como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

O confronto entre os prós e contras são fundamentais para estabelecer uma matriz subjetiva da teoria Queer: primeiro, enxergando por um gênero contrário, podemos detectar a suposta gravidade em negar uma suposta carga identitária. Para exemplificar isso, vamos supor um cenário onde os pais decidam criar seus filhos sem qualquer condição firmada de que eles devem agir como meninas ou meninos. Cada um tem a escolha para firmar seu comportamento como bem entender, seja psicologicamente, fisicamente ou através das roupas que vai usar, podendo ser vestido, saia, calça, terno e gravata, ou seja, torna-se dispensável o fator de que um figurino comporte para um homem ou uma mulher. Em outras palavras, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, como defende Butler (2010, p. 25).

Já a busca por uma vertente positiva em torno do assunto, pode estar concentrada em um sentido mais voltado para a liberdade do que supostas amarras construtivistas. Ou seja, como um ser pensante, uma pessoa pode pensar para além de uma espécie de modelo ideológico, que se encontra absolutamente acomodado num contexto comum, para quase a totalidade de um determinado espaço.

Também, podemos elencar a contribuição para alicerçar a discussão dos gêneros, tanto na perspectiva acadêmica como social. Não há como negar que teorias como essa, por gerarem o contraditório e a subjetividade, carregam um forte potencial para pesquisas e reflexão do papel, condição social e visão de mundo que se possa ter sobre muitos indivíduos.

Como podemos observar, uma sociedade, por mais que já carregue o ideal de ser formada dentro de uma lógica de modelos idealizados, pode lidar com diferentes parâmetros que defendam o incômodo de uma ordem que mais parece ser intocável. O maior contraponto e, ao mesmo tempo, grande mérito de teorias como essas, é o de questionar estruturas e trazer para esses tempos um diálogo que não se conforme com as verdades absolutas, mas que traga o confronto como base para uma interação humana, calcadas na dúvida de que se é possível chegar a alguma conclusão. Certamente, qualquer noção conclusiva está longe de fazer parte de um assunto que envolve uma complexidade raramente vista.

2.2 O que é homossexualidade?

A questão da homossexualidade é um tema muito discutido por todos os segmentos, mesmo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que, em seu artigo 5º, prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo ainda aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Apesar disso, o comportamento homossexual ainda é visto como um tabu, ainda é discriminado e recriminado pela sociedade, que é preconceituosa.

Segundo Brandão (2002), o termo “homossexual” foi utilizado pela primeira vez em 1869, pelo médico húngaro Karoly Benkert, que utilizou o referido termo em uma carta enviada ao Ministério da Justiça da Alemanha do Norte, em defesa de homens homossexuais que estavam sendo perseguidos por questões políticas. O nome é formado pela raiz da palavra grega “homo”, que significa “semelhante” ou “igual”, e pela palavra “sexual”, da palavra latina “sexus” (no caso, “sexo”); logo, “homossexual” pode ser compreendida como uma “sexualidade semelhante”.

A medicina e a psicanálise, durante muito tempo, consideraram a homossexualidade como doença, tanto que era tratada por “homossexualismo”, cujo sufixo “ismo” conferia a ideia de doença. De acordo Fry e Macrae (1985, p. 64)

No século XIX os médicos caracterizavam os homossexuais como portadores de uma patologia congênita ou uma mera perversão quando praticado por pessoas não uranistas. Krafft-Ebing, médico austríaco, foi um dos pioneiros no estudo da homossexualidade e influenciou a medicina definitivamente com uma coleta de milhares de “confissões” dos seus pacientes e as publicou no seu livro *Psicopatia Sexualis*. Na época, chegou à conclusão de que os uranistas sofrem de uma mancha psicopática, que mostram sinais de degenerescência anatômicos, que sofrem de histeria, neurastenia e epilepsia.

No final do séc. XIX, as associações de médicos deixaram de considerar o homossexualismo como doença, mas isso ocorreu por pressão do movimento gay. Fry e Macrae (1985, p. 77) ainda explicam:

A partir do século XIX, ao tachar os homossexuais de doentes, a medicina justificou sua “cura”, sua “conversão” em heterossexuais. Desta maneira, a medicina exerceu um forte controle social contra a homossexualidade e em favor da heterossexualidade. Mais tarde, perante as críticas oriundas do movimento homossexual, ela soube se preservar e, usando as mesmas noções de saúde e doença, introduziu a noção do “homossexual sadio”.

Várias são as categorias que surgiram na tentativa de "explicar" a homossexualidade, ligando-a a questões familiares, fatores genéticos, desordens religiosas e morais, entre outras, todas plenamente possíveis de serem consideradas como produções ideológicas.

Não é de hoje que aquela velha expressão de “que os tempos mudam” ecoa no seio da sociedade. Nos últimos tempos, os fatos se tornaram mais visíveis, surgiram novos saberes, novos comportamentos, novos relacionamentos e novos estilos de vida, trazendo a tona uma evidente diversidade cultural, que antes não parecia existir. É verdade que algumas dessas transformações/mudanças são aceitas com naturalidade ou nem mesmo percebemos quando elas ocorrem, pois elas são inerentes à história e a cultura. Mas, e quando nem tudo se encaixa da forma mais fácil? Como lidar quando certos aspectos sociais chocam diretamente com a formação cultural e a forma que muitas pessoas enxergam o mundo? Uma parte parece enxergar determinados assuntos como complexos e, até mesmo, absurdos. Já outras defendem um pensamento mais abrangente, adepto pelo respeito à diversidade. A discussão desses pontos nos leva à homossexualidade.

De acordo com Louro (2004, p.87), a homossexualidade é entendida como uma transgressão à “normalidade” e os sujeitos transgressores passam a ser marcados como “diferentes e desviantes”. A forma como essa orientação sexual vem sendo enfatizada suscita as discussões de correntes que defendem os direitos desses personagens sociais e de correntes que sustentam a homofobia, sobre a qual falaremos mais adiante.

A conscientização de que a homossexualidade não se abstém a um setor X ou Y ainda parece ser tortuosa. Quando avaliamos a maneira como a mídia aborda a temática da homoafetividade, ao transmitirem cenas de beijos, e as variadas discussões que tais cenas levantam nas redes sociais, percebemos que ainda estamos longe de uma visão natural das coisas.

Além do campo midiático, a discussão, inevitavelmente, chega às escolas e abre outros leques de diálogos, de forte caráter cultural e ideológico. Se pensarmos no espaço educacional como um ambiente que colabora para a formação do cidadão, também precisamos compreender que as escolas necessitam caminhar no ritmo em que as coisas ocorrem.

Sabemos que muitos alunos temem pelo que podem enfrentar ao declarar a sua orientação sexual. Muitos temem enfrentar represálias dos familiares, além de ter que lidar com visões de professores ou de todos que fazem parte do corpo escolar. Todos esses pontos evidenciam que ainda persiste uma dificuldade de se debater esse contexto. Será mesmo que

vale a pena continuar sustentando a visão de que um âmbito de educação deve se manter alheio às quebras de tabus? Mas, a situação desses alunos que tentam esconder sua orientação sexual também não é mais fácil, já que o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência? Como lembra Louro (1997, p. 67, 68)

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda ‘eliminá-los’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da ‘norma’.

A pesquisadora canadense Deborah Britzman (1996, p. 79, 80) descreve muito bem as fantasias envolvidas no medo de professores (as) em abordar o tema da diversidade sexual no espaço escolar:

...existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de “recrutar” jovens inocentes. (...) também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser gay ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos.

Não é fácil ou nem haverá a possibilidade de incluir outra maneira de pensar. Cada um tem a sua forma de ver as coisas, porém, não podemos fugir de uma discussão evidente. As escolas não devem ser resumidas aos “circuitos fechados” e, por mais que haja certa dificuldade no entendimento disso, ela precisa vivenciar e enxergar o social.

A homossexualidade e os fatores críticos que ela implica, além da própria homofobia, são pontos que devem ser incluídos nos debates que circundam o campo educacional. A qualquer momento, o professor precisará discutir sobre o assunto, pois, como ele irá fazer ou dizer quando o aluno tiver dúvidas em relação à temática vigente? Por isso, é necessário que haja capacitações para os professores e ações educativas nas escolas, desde a infância e, principalmente, na pré-adolescência e adolescência. Tais capacitações e ações são importantes para favorecer o fortalecimento da educação sexual, que deve ter, como alvo principal, a desmistificação de assuntos ligados à homossexualidade, tornando-se indispensável para que a formação desse aluno seja digna e ele se torne um cidadão que seja respeitado e respeite as diferenças dos outros. Quanto a isso, Maistro (2006, p. 06) afirma que

[...] o trabalho de Educação Sexual na escola implica em planejamento e ações pedagógicas sistemáticas. Não se trata de palestras, semanas especiais, de cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as questões sobre a sexualidade possam ser discutidas com crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla.

Sabemos que a escola não é a única instituição responsável por empreender a educação sexual. É preciso haver uma parceria entre a família e a sociedade. Essa parceria se faz necessária para que haja um total envolvimento do aluno em relação à temática. É preciso que questões relacionadas à orientação sexual sejam priorizadas na formação e capacitação de todos os profissionais da educação, pois o preconceito e a desinformação andam juntos. É chegado o momento das escolas decidirem se querem colaborar na construção de pessoas mais abertas e afastadas do raciocínio homofóbico, ou então, ser apenas mais uma instituição entregue a um típico mecanicismo. A resposta, certamente, está na abertura de uma educação mais participativa e integrada à sociedade.

2.2.1. Homofobia no contexto da escola

Uma pergunta direta e clara que deveria ser feita para qualquer professor ou gestor escolar seria sobre qual direcionamento eles imaginam que seu ambiente de trabalho deveria adotar: A escola deve ser um espaço conduzido apenas por vias mecanicistas, tendo apenas o papel de ensinar as matérias de cada dia? Ou ser um espaço onde o debate com as coisas que acontecem nessa sociedade fosse vivo e forte, preparando pessoas mais conscientes de seu papel e reflexão social?

Parece obvio que a segunda alternativa está mais alinhada com uma proposta construtivista, mas, não podemos esquecer, a primeira, que embora seja bem mais engessada, ainda encontra espaço e parece colocar os profissionais da educação no meio de um delicado debate entre abertura de pensamento e conceitos conservadores. Assim, se põe a homossexualidade, algo existente, porém, em certos momentos, ignorado e vítima da homofobia, a forma de preconceito que retrata a aversão a tal orientação sexual. De tal modo, continuam atuais os desafios da escola, propostos pelo PCN (BRASIL, 1998):

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes.

É perceptível que a escola é mais do que apenas um lugar aonde os alunos vão para ficarem sentados e ouvirem o que professor tem a dizer. Ela é, igualmente, um espaço de socialização, onde se estabelecem muitas relações e status que seus atores dão para eles próprios. Como exemplos, podemos imaginar a garota bonita e super popular, o garoto que se destaca por sua grande popularidade, o cdf e o tímido. Por muitos anos, esses rótulos permeiam no imaginário adolescente-escolar. Em meio a tudo isso, cabe pensar sobre como o homossexual se encontra. Qual tipificação seria dada para ele? Muitos o veem como um ser indesejável para o convívio cotidiano. Talvez, nos corredores e nas conversas entre grupos, ele seja rebatizado de “Viadinho”. Nos trabalhos, ele não se encaixaria em nenhuma equipe. Infelizmente, na vida real, as situações descritas são rotineiras.

Nessa realidade, o professor se encontra num posto que o obriga a fazer uma série de reflexões sociais, analisando a prerrogativa de que ele não é apenas um retransmissor do conhecimento dos outros, mas sim o educador. E ele deve saber que o educador é um agente social. Na sala de aula, um aluno homossexual pode se encontrar oprimido e aprisionado pelo próprio medo de sofrer uma forte represália de seus colegas. Um dia, ele pode não mais aguentar passar por tudo isso calado e sozinho. No seu professor, ele pode enxergar alguém com quem possa conversar e expor a situação. É, nesse momento, que profissional precisa se posicionar: ou ele pesquisa sobre o assunto e assume a responsabilidade de conscientizar os jovens que ensina diariamente ou ignora, achando que não é nada demais. Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática é o primeiro passo para construção, de fato, de uma educação multicultural e, assim, promotora da democracia. De acordo com Henriques (2007, p. 09):

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. [...] [A] escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade.

Virar as costas para um caso grave é entrar em um campo extremamente irresponsável. A falta de conversa com quem pratica o preconceito apenas vai contribuir para o aumento da intolerância. Já a opção de conscientizar, é lembrar que ele, como professor, não é apenas um indivíduo que metódico é apto apenas para falar o que for restrito a disciplina que lhe cabe.

Tudo isso nos leva a crer que falta mais abertura no meio educacional para a inclusão desse debate. É fundamental fazer palestras que reforcem a tese de que respeito e a consciência são fundamentais. Não é da competência apenas das novelas, nem das redes

sociais, com sua gama massificada de opiniões, falar sobre a homossexualidade. A escola também pode e deve assumir um papel mais atuante neste aspecto, não apenas porque ele está evidência, mas, principalmente, por que ele lembra que a educação é um instrumento que deve estar em sintonia com as constantes transformações e comportamentos sociais.

2.3 Reflexão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's

Por ser um lugar em que as diferenças se fazem presentes, a escola deverá apresentar métodos que levem a compreensão da diversidade, seja ela, étnica, religiosa ou sexual. Sabemos que o preconceito está presente no ambiente escolar, que se espelha em uma sociedade que sempre espera um comportamento social padronizado, que aprisiona e exclui pessoas por não se enquadrar em suas regras. A consequência disso é, em alguns casos, a violência, devido à falta de tolerância e aceitação pelas diferenças.

Para auxiliar os profissionais da área da educação, assegurando uma formação básica comum nas escolas de todo o país, o governo brasileiro, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, implantou, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O referido documento estabeleceu a criação de currículos e conteúdos mínimos para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Além das disciplinas básicas, esses parâmetros enfocam questões relacionadas às diversidades, que são apresentadas através dos temas transversais, os quais compreendem seis áreas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, e Trabalho e Consumo.

Os PCNs são compostos de inúmeros subitens, dependendo da faixa de ensino a que estão direcionados. Os PCNs do Ensino Infantil estão compostos pela Ficha Técnica, Volume 1, Volume 2 e Volume 3. Já os voltados para o Ensino Fundamental, estão divididos em dois momentos: 1) de 1ª a 4ª série, composto por: Introdução, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia 1 e 2, Arte, Educação Física, Temas Transversais (Apresentação e Ética), Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; e o 2) da 5ª a 8ª série, que possui: Introdução, Língua portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, História, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira, Temas Transversais (Apresentação, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual).

O Ensino Médio está dividido em quatro itens: Bases Legais, Linguagens, códigos e suas tecnologias, Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e Ciências humanas e suas tecnologias.

2.3.1 A orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que possui um volume específico sobre Orientação Sexual, foi um dos primeiros documentos do Ministério da Educação que contém importantes indicações, para o sistema de ensino, sobre os temas relacionados a gênero e a sexualidade na escola.

Nos PCNs, a orientação sexual é apresentada como sendo de caráter informativo, o que está vinculado à visão de sexualidade que perpassa o documento. De acordo com os PCN (BRASIL, 1997), a abordagem da orientação sexual deve ser realizada de forma sistemática pela escola e suas metas não devem abarcar somente a aquisição de conhecimentos e habilidades básicas das funções reprodutivas, mas, fundamentalmente, deve incitar a preparação da pessoa para a vida, o desenvolvimento de sua personalidade e maturidade, tornando-a responsável, capaz de tomar decisões, se autorregular e autogerir sua educação.

Sobre a importância da orientação sexual na escola, Barroso e Bruschini (1982, p. 18) ressaltam que:

É importante que um programa de Orientação sexual se apoie no conhecimento do universo de valores, atitudes e informações, subjacentes aos comportamentos dos estudantes e de seus professores, não limitando seus objetivos a questões de reprodução e incluindo a questão do significado mais amplo da sexualidade para o indivíduo e para a sociedade.

Nesse sentido, o trabalho de orientação sexual realizado pela escola é complementado pelo trabalho realizado, informalmente, pela família e por outras agências sociais. Todavia, à escola cabe problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno escolha seu caminho em relação ser um cidadão consciente e aberto a diversidade.

De certa forma, a família deve possibilitar uma educação sexual dos seus filhos, ou seja, é necessário que haja um diálogo adequado que transmita informações cabíveis, mas, sabemos que na prática nem sempre a teoria é concretizada. Então, como essas crianças e adolescentes irão tomar conhecimentos da sexualidade?

Infelizmente, muitas vezes o aprendizado vem de forma deturpada. Por isso, o trabalho de orientação sexual na escola é importante, pois, cabe à escola abordar a temática e discutir os tabus impostos pela sociedade em relação à sexualidade. Nesse processo, o profissional de

educação deve ser ético e isento de preconceitos. No tocante a essa questão, os PCN (BRASIL, 1997, p. 81) sobre orientação sexual esclarecem que:

A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem, de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz em seu corpo e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem, então, desde muito cedo, uma qualificação ou 'juízo' do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças que são atribuídos à sua busca de prazer, o que comporá a sua vida psíquica.

Outro fator que justifica o trabalho com a orientação sexual nas escolas é a possibilidade de abrir um espaço de discussão sobre a sexualidade, que considere a diversidade sexual e não feche os olhos para a homossexualidade e homoparentalidade, que definiremos posteriormente.

Considerando a homoparentalidade, sabemos que o cenário da sala de aula vem sofrendo modificações. Hoje em dia, muitas crianças pertencem a lares compostos por dois pais ou duas mães, apesar de muitas vezes serem estigmatizadas em função da invisibilidade. De acordo com os Parâmetros curriculares (1998, p. 76):

Além da família nuclear que é constituída pelo pai, mãe e filhos, proliferam hoje as famílias monoparentais, nas quais apenas a mãe ou o pai está presente. Existem, ainda, as famílias que se reconstituíram por meio de novos casamentos e possuem filhos advindos dessas relações. Há, também, as famílias extensas, comuns na história brasileira, nas quais convivem na mesma casa várias gerações e/ou pessoas ligadas por parentescos diversos. É possível ainda encontrar várias famílias coabitando em uma mesma casa. Enfim, parece não haver limites para os arranjos familiares na atualidade.

Nesse sentido, a Escola deve ter um importante posicionamento em relação a homoafetividade, pois, se o aluno possui uma base de conhecimentos, ele vai ter a consciência de respeitar as diferenças, evitando o preconceito e a discriminação.

Consideramos que o trabalho de orientação sexual é essencial para que o educador se desprenda de preconceitos e estereótipos de todos os tipos. Professores precisam debater suas dúvidas e angústias, refletir sobre seus valores e conflitos, questionar seus tabus e preconceitos. Mas, independente do propósito do modo de lidar com a diversidade sexual nos PCNs, é indiscutível a necessidade de que, cada vez mais, possamos ampliar as possibilidades de existência na sociedade, pois, a historicidade traz consigo outros modos de ser e estar no mundo.

2.4. Programa Brasil Sem Homofobia

O Programa Brasil Sem Homofobia foi lançado no ano de 2004, através de uma articulação entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada. Tem o objetivo de combater à Violência e promover a Cidadania GLBT. Este Programa foi escolhido por ser um importante marco do reconhecimento das pessoas LGBT enquanto sujeitos de direitos, assim como por introduzir as políticas sobre diversidade sexual e identidade de gênero na educação.

No programa estão enunciados anseios e disputas de nossa atualidade, elementos das lutas por reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, bem como subsídios de práticas de governo de combate à violência e impunidade, educação e saúde para LGTB. O programa, que vem multiplicando suas ações desde o lançamento, é coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal.

Sua implementação contou com onze finalidades específicas:

I – Articulação e fomento da política de promoção dos direitos de homossexuais – promover a articulação e a parceria entre órgãos governamentais, institutos e pesquisas e Universidades, com o objetivo de estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição sócio-econômica da população homossexual e monitorar indicadores de resultados sobre o combate à discriminação por orientação sexual.

II – Legislação e Justiça – apoiar, articular e promover, junto com Parlamento Brasileiro, proposições que impeçam a discriminação decorrente de orientação sexual e promovam os direitos homossexuais e, ainda, estabelecer estratégias com os operadores do Direito.

III – Cooperação Internacional – apoiar o reconhecimento por parte dos governos, dos órgãos públicos e de toda a sociedade para que a discriminação, em razão da orientação sexual, caracterize violação dos direitos e liberdades fundamentais asseguradas pela Constituição Federal, bem como pelos tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

IV – Direito a Segurança – estimular o desenvolvimento e o apoio na implementação de políticas públicas de capacitação e de qualificação de políticas para o acolhimento, o atendimento e a investigação em caráter não-discriminatório, além da inclusão, nas matrizes curriculares das Polícias e Guardas Municipais, do recorte de orientação sexual e do combate

a homofobia nos eixos temáticos de direitos humanos, e a sistematização de casos de crimes de homofobia que possibilite a criação de uma literatura criminal sobre o tema.

V – Direito à Educação – promover a cultura de valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual. Elaborar diretrizes que orientam o sistema de ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual.

VI – Direito à Saúde – consolidar um atendimento e tratamento igualitário, através da formalização do Comitê Técnico “Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais”, do Ministério da Saúde, que tem como objetivo a estruturação de uma Política Nacional de Saúde para este segmento da população.

VII – Direito ao Trabalho – garantir uma política de acesso e de promoção da não discriminação por orientação sexual, por meio do desenvolvimento no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego de um programa de sensibilização de gestores públicos sobre a importância da qualificação profissional de gays, lésbicas e travestis, nos diversos ramos/ocupações do mundo do trabalho, contribuindo para a erradicação da discriminação a esses segmentos.

VIII – Direito à Cultura – construir uma política que valoriza a cultura da paz e os valores ligados à promoção da diversidade humana por intermédio da criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um plano para o fomento, incentivo e apoio às produções artísticas e culturais que promovam a cultura e a não discriminação por orientação sexual.

IX – Política para a Juventude – apoiar a implementação de projetos de prevenção contra a discriminação e a homofobia nas escolas, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada.

X – Política para as Mulheres – inserir a população lésbica no Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher.

XI – Política contra o Racismo – criar instrumentos técnicos para diagnosticar e avaliar as múltiplas formas de discriminação combinadas com o racismo, homofobia e preconceito de gênero.

Sabemos que mesmo com a existência de instrumentos jurídicos, como o Programa Brasil sem Homofobia e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda há um grande desafio para que essas crianças/adolescentes sejam respeitadas pela escola e pela sociedade. Muitos deles ainda permanecem na invisibilidade, por medo do preconceito e da discriminação, mesmo tendo a ciência de que as leis estão do seu lado, e que poderá denunciar a homofobia/violência que sofrem devido a sua condição. Para concluir o presente tópico, reproduzimos um dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se relaciona com o que foi exposto:

Art. 5º – Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2002, p.12).

2.5. Famílias homoafetivas/homoparentais

O conceito de homoparentalidade foi criado em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), e refere-se à situação em que, pelo menos, um adulto, que se reconhece como homossexual, cria uma criança. Nesse respeito, Zambrano (2006, p. 10) explica que:

O uso do termo costuma ser objeto de muitos questionamentos, pois coloca o acento na “orientação sexual” (homoerótica) dos pais e a associa ao cuidado dos filhos (parentalidade). Esta associação (homossexualidade dos pais e cuidado com os filhos) é, justamente, o que os estudos sobre homoparentalidade se propõem a desfazer, demonstrando que homens e mulheres homossexuais podem ser ou não bons pais, da mesma forma como homens e mulheres heterossexuais. Salientam que é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos o determinante da boa parentalidade e não a orientação sexual dos pais.

Ainda de acordo com Zambrano (2006), quando a parentalidade é praticada por travestis e transexuais, não equivale ao conceito de homoparentalidade, pois, o mesmo se alude unicamente à orientação sexual, ou seja, só deve ser referido as pessoas que possuem

um desejo sexual direcionado para outras do mesmo sexo, deixando de fora os que optaram pela mudança de sexo (transexuais) e de gênero (travestis).

Apesar de fazerem parte do universo homossexual, as travestis e as transexuais possuem uma construção de identidade característica, ou seja, eles se consideram “mulheres”, mesmo sendo biologicamente do sexo masculino e, ao manterem a relação com um homem, não exercem a homossexualidade, mas sim a heterossexualidade. Logo, não há uma homoparentalidade.

Quando o assunto é a família, atualmente, as discussões estão voltadas para as mudanças que estão ocorrendo em relação a sua configuração. Mudanças essas que nos possibilitam ter um olhar mais voltado para a realidade evidente, a qual a família não é formada por uma única estrutura como descreve o modelo tradicional: pai, mãe e filhos biológicos. O processo de mudança, em relação às configurações familiares, vem ocorrendo ao longo do tempo e de acordo com as modificações sociais.

Para Uziel (2007), existe uma dificuldade contemporânea em definir o que seria família. De acordo com o artigo 226 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1888), juridicamente, são consideradas famílias:

- Famílias unidas pelo casamento entre homem e mulher;
- Aquelas constituídas pelo pai ou mãe e seu (s) filho (a) (s);
- Aquelas unidas pela união estável (recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu as uniões estáveis também entre pessoas do mesmo sexo).

Hoje, podemos notar que existem diversos modelos de família e cada um possui a sua particularidade, fugindo do modelo tradicional. Existem estruturas familiares formadas por mães ou pais adotivos, crianças cuidadas e educadas por avós, casais divorciados que dividem a guarda dos filhos e por casais do mesmo sexo. Nesse ponto, pertinentes são as considerações de Simionato (2003, p. 60):

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas 'produções independentes' tornam-se mais frequentes, e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos.

Diante desse enfoque, renasce uma família do futuro, na qual a sociedade evolui para o surgimento de novas ideias e vivências, favorável a diferentes estruturas familiares e aos novos arranjos que ocorrem na família contemporânea. As transformações no âmbito da família refletem as mudanças sociais e materiais em relação à instituição familiar e às relações de gênero. A concepção de família, amor e casamento passam por inovações, defendidas ou rejeitadas pela sociedade. O fato é que esse novo contexto existe e precisa ser incorporado como resultado das mudanças sociais.

Conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, no Brasil, existem cerca de 57 milhões de lares. Atualmente, a formação clássica mais conhecida como família nuclear, formada por um casal heterossexual com filhos, representa 49,9% dos domicílios, enquanto outros tipos já somam 50,1%. Os números são significativos: são 10,197 milhões de famílias em que só há mãe ou pai; em 37% dos lares, as mães já são as principais responsáveis pelo sustento de todos e existem, pelo menos, 60 mil famílias homoafetivas/ homoparentais brasileiras, das quais 53,8% são formadas por mulheres. Como afirma Galleazi (2001, p. 179):

A família tradicional não é mais o único modelo de família estruturada possível. As novas configurações, incorporadas aos novos modelos pelo Censo do IBGE, demonstram que há uma atenção aos novos arranjos a fim de identificar como as famílias se organizam e reorganizam. Ao existir a reestruturação, exclui a possibilidade de pensar que as novas famílias existem porque outras são desfeitas ou desestruturam. Isso seria afirmar que a família ideal continua sendo a família nuclear tradicional, ao contraposto de se entender que este é só mais um tipo de estrutura familiar.

Apesar de ser uma questão delicada, o referencial de núcleo familiar possui uma configuração amplamente diversificada, portanto, hoje, o termo família relaciona-se a vários conceitos, os quais devem ser respeitados. Deve se deixar de lado a visão de que a família continua tendo a configuração do antigo modelo nuclear, passando, então, a direcionar o olhar para a realidade em que a família é constituída por sistemas de relações sem paradigmas.

Independente da sua configuração, tanto na Constituição Federal (1988) quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), está garantido à criança e ao adolescente o direito a convivência familiar. Direito este que deve ser zelado pelo Estado, pela família e pela sociedade. Vejamos o texto da Constituição (1998):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

2.5.1. Escola dialogando acerca homoafetividade

A realidade convida a todos, que estão envolvidos no fazer de um ensino, para participarem de um movimento que contempla a reflexão acerca dos temas que fazem parte do nosso cotidiano, do mundo em que vivemos. Lima (2016) afirma que a concretude da família homoafetiva atribui as escolas o dever de refletir sobre suas práticas pedagógicas, de maneira a ampliar seu leque de trabalho no tocante ao tema família. É preciso ponderar a diversidade de configurações familiares, indo além do modelo de família nuclear, para o desenvolvimento do respeito mútuo e a superação dos preconceitos contra os homossexuais.

Infelizmente, apesar dos avanços jurídicos, a família homoafetiva esteve invisível durante décadas e, ainda hoje, incomoda alguns segmentos da sociedade. Na escola, continua a ser um tema marginal. Muitas escolas ainda estão ligadas a paradigmas sociais e religiosos, fechando os olhos para a realidade.

A escola tem a responsabilidade de entender que o modelo familiar mudou e é com esse novo modelo que se deve compartilhar as expectativas e planejar melhorias no contexto escolar. Assim, a escola precisa ser o espaço de formação e preparação das novas gerações e os professores precisam se aproximar de seus alunos tendo o apoio constante da família.

Os novos modelos familiares surgem como outro capítulo que desafia e traz para as escolas uma visão e uma releitura de padrões, que se fazem presentes desde que a civilização começou. Abandonando qualquer discurso hipócrita, é preciso encarar que não é tão simples, para um gestor ou professor, se deparar com o fato de um aluno ter pais de um mesmo sexo. Da mesma forma, também é difícil trazer à luz a essa outra forma de afetividade, que vai de frente com o que a maioria entende como “normal”. Avaliando com todos os cuidados, o enigma parece ser o de como conciliar o novo com o tradicional.

Teoricamente, a escola trata o tema da homoafetividade “naturalmente”, indagando ser um assunto importante a ser tratado e que faz parte do cotidiano escolar. Será que a prática condiz com essa teoria? Sem generalizar, sabemos que não.

Muitas escolas, e os profissionais que a ela pertencem, não estão dando a atenção adequada e necessária para a abordagem da homoafetividade. Por se tratar de um tema “delicado”, muitas vezes é invisibilizado, a ele não é dada a devida importância. No entanto,

esta invisibilidade é muito prejudicial para a criança, uma vez que, como afirmam Cadete, Ferreira e Silva (2012, p. 110):

Esse silêncio (em relação às famílias homoparentais) pode ser interpretado como o reflexo da ilegalidade e do preconceito, que permeiam a composição familiar homoafetiva, em que a maior vítima é a criança. Logo, o não reconhecimento dessa união como família provoca um sentimento de vergonha para os sujeitos da relação homoparental que, por sua vez, preferem silenciar quanto a sua identidade familiar. Essa legalidade é imprescindível para que a criança adquira confiança em si mesma e nos outros.

Então, desta forma, a escola parece estar alheia ao tema das famílias homoafetivas e nega sua existência, apesar de tolerá-la. Destacando a importância da temática, por que abordar tal assunto se nem o livro didático o abrange? Quando o assunto é família, lá está, a imagem da “família perfeita”: a mãe, o pai, o/a filho (a) e o gato, sentados numa mesa. É essa visão que o cotidiano escolar pensa e retrata a verdadeira configuração familiar. Mas, se entre esses alunos existir uma família composta por dois pais ou duas mães, o que fazer? Fechar os olhos e seguir adiante? Ou procurar alternativas para compartilhar esse assunto em sala de aula com os demais alunos?

Obviamente, a segunda alternativa é a mais cabível, mas isso só acontecerá a partir do momento que a escola e os profissionais deixarem de lado certos paradigmas e tiverem um olhar voltado para o seu profissionalismo e, principalmente, para o aluno, que é o principal interessado, pois, a escola é responsável por transmitir os devidos conhecimentos e estes não devem estar limitados ao que o livro didático dita, mas sim a sua realidade em que os fatos se apresentam na sociedade atual e, conforme Lionço e Diniz (2009, p.13), a homoafetividade “é um tema a ser discutido porque se faz presente na realidade social e sua presença é marcada por uma moralidade hegemônica heteronormativa, que se desdobra em sérios prejuízos sociais e violação de direitos para muitos”.

3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A parte empírica desse estudo consistiu na realização de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo (GIL,2008), a qual, apesar de contemplar poucos sujeitos, perdendo em profundidade, ganha em qualidade, já que os dados obtidos foram analisados com mais rigor. Coletamos os dados a partir de entrevistas com profissionais da educação. Conforme MORAES (2003, p.191)

A pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

Conforme acordado, os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo, mas, no tópico que segue, daremos algumas informações sobre o contexto em que o presente estudo está inserido.

3.1. Colaboradores da pesquisa

Os locais escolhidos para a realização da pesquisa são duas escolas localizadas no Município de Boa Vista- PB, sendo uma da rede municipal e, a outra, da rede estadual de ensino.

A primeira instituição (Escola Municipal Francisca Leite Vitorino) oferece atendimento nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II. Realiza suas atividades nos três turnos, atendendo aproximadamente 800(oitocentos) alunos.

A segunda escola (EEEFM Teodósio de Oliveira Ledo), por sua vez, oferece o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos - Supletivo. Funciona nos turnos da tarde e da noite e atende na faixa de 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos, sendo as únicas escolas do município.

3.2. O método utilizado

Os métodos utilizados nesse trabalho foram os seguintes:

- a) Contato com os gestores das escolas, para quem demonstramos a relevância dessa pesquisa e solicitamos a autorização para aplicar o questionário;
- b) Levantamento das características familiares dos alunos, cujos dados foram fornecidos pela equipe técnica a partir de uma conversa informal. Nesse processo, percebemos a importância do conhecimento prévia para a elaboração do questionário a ser aplicado.
- c) Elaboração do questionário para os profissionais da escola. Tivemos o cuidado para formular poucas perguntas, com informações necessárias, mas que possibilitassem que os sujeitos participantes descrevessem os seus respectivos pontos de vista relacionados à problemática.
- d) Após a aplicação dos questionários, obtivemos os dados necessários à compreensão dos posicionamentos desses profissionais. Segundo os estudos de Moraes (2003).
- e) Análise do material coletado, com base nos objetivos, problema e questões de pesquisa.

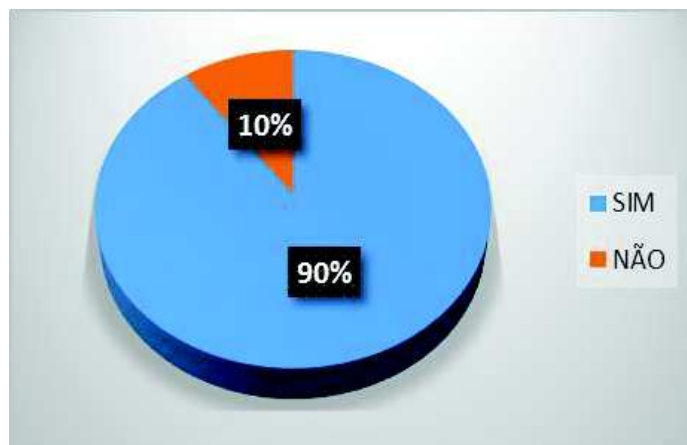
Com as estratégias supracitadas, foi possível conhecer a escola e as configurações familiares existentes. Assim, organizamos a análise das informações contidas nos questionários e destacamos as particularidades das respostas de cada entrevistado.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA:

A análise, com base nos questionários aplicados a professores da rede municipal e estadual da cidade de Boa Vista – Paraíba, o questionário contava com questões que conjugavam respostas objetivas do tipo sim/não com um espaço para justificativas. Essas respostas foram analisadas a partir dos posicionamentos dos entrevistados, frente a questões a gênero e sexualidade, diversidade sexual e a homossexualidade, sobretudo, pela problematização da questão da homoafetividade, levando em consideração o que diz Louro (2000, p. 46):

[...] pode parecer estranho examinar em detalhes o que parecerá, para muitos, ser uma atividade de minoria. Mas acredito que ao compreender a história da homossexualidade podemos ter uma nova compreensão a respeito da construção da heterossexualidade e da sexualidade como um todo.

Gráfico 01: É importante dialogar acerca de gênero na escola?



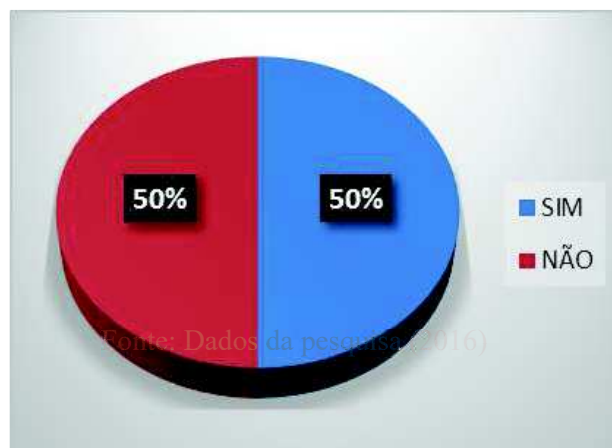
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observamos, no gráfico 1, que 90% dos professores que responderam ao questionário consideram importante dialogar acerca da temática de gênero e sexualidade na escola; os outros 10% não concordam. Através das justificativas analisadas, é possível perceber o interesse dos professores e também o entendimento dos mesmos em relação ao assunto. Todos aqueles que responderam positivamente enfatizaram, em suas respostas, que não podem deixar de lado a exploração de um contexto que está presente no cotidiano escolar. Estando de acordo com Louro (1997), que diz:

O conceito passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional - já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Deste modo, ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se, intencionalmente, contextualizar o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da "Mulher" ou do "Homem". Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO,1997, p.23)

Em relação aos 10%, que tiveram como resposta “não”, verificamos que existe uma resistência ou, até mesmo, a falta de conhecimento no tocante ao significado de gênero e sexualidade. Um dos entrevistados enfatizou que a temática não seria apropriada para crianças, pois, como mãe, não gostaria que os professores abordassem “esse tipo de assunto” por temer a influência sobre a sexualidade dos seus filhos. Louro (1997, p. 64) afirma que “é indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem”. Por outro lado, a escola também pode discutir a criação de novas estratégias e superar as hierarquias que estão presentes na sociedade, mas, para isso, é importante que os profissionais possuam formação adequada, sendo que os mesmos precisam ter uma mente aberta, pois não adianta receber uma formação se não suportam a ideia da homoafetividade. Para poder então inserir essas discussões no cotidiano escolar.

Gráfico 02: Na escola em que trabalha tem famílias homoafetivas?



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

No gráfico 2, como podemos ver, 50% dos professores responderam SIM e 50% responderam NÃO a pergunta feita. Antes de aplicar o questionário, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco das escolas e, em uma conversa com a equipe técnica e os gestores de cada instituição, descobrimos que, em nenhuma das duas, constam registros legais de alunos que compõe uma família homoparental, a qual, como vimos na fundamentação teórica, é constituída, pelo menos, por um adulto homossexual e uma criança.

No entanto, segundo os profissionais da escola, já foram registrados, informalmente, casos isolados de crianças que são criadas por homossexuais. “A discricão é uma forma de preservar os alunos”, nos revela um dos profissionais da equipe técnica. Para ele, a “presença da homoparentalidade na escola é incomum, já que o que se espera é que a criança tenha um pai e uma mãe. Porém, passado o choque inicial, é possível incluir a família homoparental no cotidiano escolar em igualdade de direitos como os heterossexuais”.

Sabemos que a “fuga” da realidade não é uma solução para “preservar o aluno”, pois, ao invés disso, a escola promove a exclusão. Como afirma Lima (2016), os profissionais da educação ainda possuem uma visão rígida em relação ao real sentido de família, que se distancia da realidade atual que, na maioria das vezes, é bastante excludente, como no caso das famílias homoparentais, que permanecem invisíveis no ambiente escolar e sem igualdade de direito.

Quadro 01: A sexualidade é um dos temas transversais propostos nos PCN's e a liberdade de expressão é um direito garantido pela constituição brasileira. Em sua opinião, há empecilhos para a discussão do tema da homoafetividade nas escolas?

PROFESSORES	
SIM	NÃO
100%	0

Percebe-se, pela observação do quadro 1, que todos os docentes concordaram com a questão. De acordo com suas justificativas, mesmo em uma sociedade que se diz moderna e aberta a discutir sobre a sexualidade, a homoafetividade ainda é considerada um tabu. “Pouco se discute sobre a homoafetividade”, afirma um dos entrevistados, enfatizando as questões religiosas e culturais.

Outros frisaram a falta de preparação dos professores para discutir a temática, destacando que “é um assunto que vai de encontro com nossa própria natureza, cultura, fé

(crença)”, mas, por outro lado, acreditam que, ao discutir o tema, podem estabelecer o respeito entre as pessoas, independentemente de qualquer outra coisa. Segundo Bourdieu e Passeron (1982, p. 36), quando o aluno adentra na escola, ele passa por um processo de desculturalização , ou seja, a escola reproduz um modelo de ideias e valores que remetem a sociedade dominante e, inconscientemente, dá continuidade a uma dominação de classe que são regidas de normas. Segundo os autores:

Numa formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante.

Na maioria das vezes, por mais que as crianças pertençam a um contexto social em que tenham como configuração familiar duas mães ou dois pais, na escola, ela irá aprender, por meio do professor (a) e do livro didático, que a organização familiar constituída por um pai, uma mãe e pelos filhos é que é a considerada como legítima pela sociedade. Nesse caso, as representações são claras e bem definidas: homem, mulher e crianças.

Então, podemos afirmar que o professor é o principal elo entre as instituições escolares e o aluno e a ele cabe a escolha entre reproduzir os preconceitos da sociedade em que vive ou buscar formas de levantar o debate em sala de aula, não privilegiando o livro didático como o único meio de ensino, defendendo os direitos humanos, em especial, os dos grupos socialmente vulneráveis.

Quadro 02: Na escola em que trabalha existe meninos afeminados e meninas masculinas?

PROFESSORES	
SIM	NÃO
100%	0

Observa-se que 100% dos professores confirmam que existem meninos afeminados e meninas masculinas na escola. Ao direcionarmos o olhar para o ambiente escolar, constatamos que a escola é um espaço onde a diversidade está visivelmente presente, envolvendo, inclusive, as características associadas ao gênero, as quais estão relacionadas a questões culturais, sociais, físicas e comportamentais.

Todas essas questões influenciam no olhar do professor em relação à pergunta feita, pois, a sociedade é construída por normas e padrões e, a partir do momento que o indivíduo foge dessas “regras”, ele passa a ser visto com outros olhares, que muitas vezes são de estranheza. De acordo com Louro (2004), as normas são construídas pela sociedade e, quando nos referimos a gênero, percebemos que existe a finalidade de normatizar, de distinguir os indivíduos de acordo com o seu sexo. Tal distinção é refletida nos significados culturais e sociais que são impostos desde a infância. Por mais que seja feito, haverá aqueles que subverterão a ordem e a norma e, para esses “transgressores”, a sociedade reserva penalidades, reformas e exclusões.

Quadro 03: Você acredita que é a escola é um local que deve favorecer a diminuição das intolerâncias entre as pessoas?

PROFESSORES	
SIM	NÃO
100%	0

Podemos afirmar o quanto à escola pode ser importante e significativa no que diz respeito à intolerância, mas, isso só acontecerá, se todos os profissionais envolvidos na educação estiverem plenamente dispostos e adeptos as mudanças e a diversidade que está visível. Levando em consideração a questão 03, destacamos as seguintes respostas:

Professor 03: *“Sim, A escola forma cidadãos, deve-se formar pessoas que expressem os pontos de vista de cada um tratando como humano, que fez sua escolha”.*

Professor 04: *“Sim, a falta de uma educação sexual para a diversidade, apresentando apenas padrões fixos, não focaliza o respeito às formas como cada pessoa orienta o seu "desejo sexual", acaba produzindo pessoas infelizes, cercadas de culpas por serem diferentes, por não se encontrarem no seu corpo, ter desejos por corpos iguais, poderia ser apresentado não só pela escola, mas pela ou por toda comunidade escolar, na tentativa da diminuição das intolerâncias”.*

Professor 06: *“Claro que sim! A escola é alavanca que deve subir as portas da compreensão da tolerância e do respeito, pois a escola é um conjunto de diferenças, todas essenciais à desenvoltura humana”.*

Professor 10: *“Sim, A escola é um espaço privilegiado para democratizar o conhecimento produzido pela sociedade ao longo dos anos. Como tal, todos tem o direito de a ela ter acesso”.*

em que é imprescindível que haja tolerância/respeito entre todos. A escola é e deve ser laica. Por outro lado, é fundamental entendermos que a sociedade possui "guia", parâmetro, leis, isto é, nossa Constituição Federal. É necessário também, entender o que é competência da escola e aquilo que é da família, como, por exemplo, o que prescreve o artigo 229".

É necessário que a escola aceite seus alunos de acordo com as suas diversidades, buscando compreendê-los como sujeitos históricos que são provenientes de diferentes contextos, considerando que ninguém possui uma identidade única. Cabe à escola e a família formarem uma parceria para que juntas solucionem impasses que se estabelecem entre elas.

A escola precisa compreender que seus alunos não fazem parte de um grupo homogêneo e que, independente da estrutura familiar, deve sempre proporcionar aos discentes um ambiente de respeito mútuo, aceitando e respeitando as suas particularidades. Quanto ao professor, ele tem o dever de proporcionar uma aula que exponha essas diferenças e desenvolver um ensino diferenciado, que transmita conteúdos que contextualizem a diversidade. Com isso, possibilitará uma verdadeira aprendizagem, pois atingirá a todos independente de suas diferenças. Este pensamento é confirmado pelo Conselho Nacional de Educação no Parecer n. 017/2001, quando reconhece que

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional. (BRASIL, 2001, p.11)

Segundo Gadotti (1992, p. 21), “a escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”.

Por conseguinte, se faz necessário uma educação que problematize os conteúdos voltados para a pluralidade, onde professores e alunos possam dialogar sobre temas relacionados a essa diversidade que está presente não só no ambiente escolar, mas na vida de todos eles. Dessa forma, a escola deixará de ser será um espaço de reprodução de formas de discriminação e exclusão social.

Analisando as questões subjetivas:

O que você pensa sobre a família homoafetiva?

Ao analisarmos algumas das repostas obtidas com o referido questionamento, podemos perceber que vários fatores têm influenciado, até de forma despercebida, os profissionais da educação, que mantêm um modelo ético tradicional de pensar e agir em relação às novas configurações familiares.

Sabemos que os profissionais, independente da área de atuação, são influenciados pelas suas crenças e valores. Isso é notável nos resultados da pesquisa, já que alguns deles, apesar de afirmarem que respeitam a família homoafetiva, não a aceitam como sendo uma configuração familiar “normal”, pois, não é dessa forma que lhes foi passado e, assim, consideram como um fato que não está consonante com os seus princípios, conforme podemos observar através das seguintes respostas:

Professor 01: *“Não considero como família, meu posicionamento sobre família é pai, mãe e filhos”.*

Professor 02: *“A luz da Bíblia sagrada, algo reprovável”.*

Professor 03: *“Bom, surge hoje como impacto para a nossa sociedade, que na verdade sempre existiu, mais devido a liberdade de expressão imposta, devemos respeitá-los”.*

Professor 05: *“Apesar de estarmos no século XXI, este tema choca, principalmente quando a questão toca a fronteira da religiosidade. Como cristã, não vejo como algo normal, mas respeito o princípio da igualdade e da liberdade entre os indivíduos”.*

Professor 07: *“Na maioria das vezes, a nossa criação contribui para termos um olhar preconceituoso, ou seja, não achar “normal” essa união, mas por outro lado o que importa é a felicidade de cada um”.*

Professor 08: *“A família é um núcleo extremamente importante, constituído por Deus, onde as pessoas se respeitam e passam valores significativos para formação do indivíduo, entretanto se nessa relação existir esse laço, que venha a transmitir determinados valores éticos, morais e religiosos, não tenho nada a questionar. Embora não concorde”.*

Professor 09: *“Não acho certo, no entanto não posso julgar, acredito que cada um deve viver sua vida da forma que achar melhor, no entanto, os parceiros devem estar preparados para as situações advindas”.*

Professor 10: *“Sou contra. Não posso ir contra a minha consciência e meus princípios bíblicos/cristãos. Respeito quando duas pessoas do mesmo sexo decidem viver juntas, no entanto família traz a ideia de homem (marido), pai, mulher (esposa) mãe e filhos (as). O que é confirmado pela própria natureza”.*

Como podemos notar, existe uma nítida resistência por parte dos docentes quando nos referimos a homoafetividade. Ficou claro que os professores, em sua visão heteronormativa, mantêm uma opinião formada. Voltando ao Quadro 02, quando questionamos se há famílias homoafetivas na escola e obtivemos respostas positivas, nos perguntamos como esse pensamento e essa resistência em relação à temática pode refletir em sala de aula.

Nas respostas, é possível perceber que muitos são influenciados pelas suas crenças, pela ideia de que não é normal, já que foge do que é esperado, pela ideia de que não é natural. Reproduzem, assim, seu posicionamento acerca do assunto e, de forma implícita, de que não tocam nessas questões. É aquela velha ideia: eu respeito, mas... respeito até que isso não seja uma realidade da minha família.

A partir do momento que determinado assunto atinge diretamente os valores desses professores de forma negativa, podemos inferir que não será nada fácil a abordagem do assunto em questão e, principalmente, se este envolver os alunos que fazem parte do contexto escolar. Como afirma Reali (2009), apesar das mudanças epistemológicas, políticas e sexuais que estão em andamento, particularmente no que se refere a homossexuais e a constituição de famílias homoparentais, as escolas do século XXI ainda não conseguem lidar com a diversidade. Mesmo com o pluralismo preconizado no currículo escolar, a homoafetividade continua fora de discussão.

Relevante enfatizar que apenas dois professores tiveram posicionamentos diferenciados dos demais que foram citados anteriormente:

Professor 04: *“Primeiro o que é família? A atual concepção de família hoje a definições. Se o Estado protege igualmente as famílias constituídas pela união estável, a união de pessoas do mesmo sexo é uma família. As uniões entre pessoas, independente de sua “identidade” ou “orientação sexual”, é uma união de afetos. Assim, considero algo natura”.*

Professor 06: *“Embora a sociedade e a religião criem barreiras, a família homoafetiva deve ocupar seu espaço social: são duas pessoas que mutuamente amam-se; querem ser pais e mães”.*

Constatamos que a tendência das famílias homoparentais é permanecerem invisíveis no cotidiano escolar, sem igualdade de direito, uma vez que gestores, coordenadores pedagógicos e professores ficam desconfortados ao abordar o assunto dentro e fora da sala de aula, preferindo, muitas vezes, fingir que não enxergam a diversidade de configurações familiares existentes na nossa sociedade atualmente.

Porque apesar de tais exposições, parece que está na mesma sociedade, quando se depara em conceder direitos em acolher, em respeitar e fazer com que vários grupos minoritários fiquem longe de discriminações, inclusive, os homossexuais e filhos e filhas dos mesmos, está muito distante disso. Parece que o homossexual não tem direito à dignidade, igualdade e cidadania, ficando longe da representação do que diz respeito à família.

Se situações de desrespeito com os homossexuais ocorrem na sociedade, na escola isso não é diferente, ou seja, no ambiente escolar, existe o preconceito contra uniões homoafetivas e, como consequência, há discriminação. Esse tipo de discriminação, conforme vimos, é denominado homofobia.

Na investigação realizada, verificam-se conflitos interpessoais na escola, a partir da perspectiva de gênero. Há variados discursos que visam manter quem é “diferente” em um lugar distanciado. Deste modo, há sempre uma regra a ser seguida: a de que todas as pessoas deveriam ser heterossexuais. A Escola se apropria de tal discurso para tentar acabar com as diferenças, dizendo que todos tem o direito à escolarização. Nesse viés, parece que a escola inclui o homossexual na esperança de que ele “aprenda a ser normal”.

Qual é o papel da escola frente a homoafetividade? A escola precisa dialogar sobre o tema?

Na visão dos entrevistados, a escola deve dar importância a homoafetividade, por meio do diálogo, que, segundo eles, é essencial, como podemos observar a seguir:

Professor 01: *“Primordialmente o papel da escola é preparar o cidadão. Nesse contexto não se pode permitir a disseminação do preconceito, porém cabe a família educar ou orientar na questão sexual e não a escola.”*

Professor 02: *“Respeitar e dar suporte psicopedagógico para as eventuais problemáticas que advirem relacionados ao tema”.*

Professor 03: *“É de fundamental importância, ao mesmo tempo complicado pois, cada ser humano traz consigo um histórico de vida de reação, mas acho que devemos tratar o assunto para o respeito acima de tudo.”*

Professor 04: *“Acredito por ser um tema muito difícil relacionado à sociedade, o diálogo é muito pouco velado. A escola precisa compreender o seu papel na sociedade e suas responsabilidades. A escola, não só precisa como deve dialogar, pois no silêncio, ela pratica a homofobia sem se dar conta dos danos que causa a vida das estudantes homossexuais”.*

Professor 05: *“Acredito que a escola pode sim dialogar sobre a questão delicadíssima da homoafetividade, porém, de forma que a escola seja um espaço de valorização e respeito à diversidade, e não como um incentivo, principalmente na educação infantil. Mas respeito o princípio da igualdade e da liberdade entre os indivíduos”.*

Professor 06: *“A escola, como um foco, como uma força matriz para com a educação, precisa abordar o tema e conscientizar o alunado à aceitar as diferenças, enxergar a homoafetividade como uma diferença comum, assim como a cor de pele e religião”.*

Professor 07: *“Tem um papel decisivo na construção do conhecimento, devendo assim combater o preconceito em suas mais variadas formas”.*

Professor 08: *“A escola necessita trabalhar essas questões, assim como outros pontos que envolvem o fortalecimento do senso crítico do aluno”.*

Professor 09: *“A função social da escola é favorecer situações em que o aluno se desenvolva de forma integral, desta forma é imprescindível a discussão, a vivência de situações, a análise de comportamentos relacionados a homoafetividade.”*

Professor 10: *“A escola é um espaço de discussão. Como já disse, é fundamental o respeito ao ser humano, independentemente de cor, raça, sexualidade, religião, etc”.*

As respostas apresentadas pelos professores entrevistados nos faz acreditar que a Escola realmente está interessada na temática vigente, mas, se analisarmos, veremos que alguns professores ainda possuem certos receios em relação à abordagem da homoafetividade, ficando claro a existência dos paradigmas em seu discurso. E, se confrontarmos essa questão com a anterior, percebemos que há contradições, pois, se determinado professor abomina que uma família seja formada por dois pais ou duas mães, como ele vai abordar o assunto em sala?

A escola como instituição que visa preparar o indivíduo para a cidadania não pode se abster do seu papel e deve rever suas práticas, visando à atuação de forma respeitosa e responsável diante da sociedade contemporânea.

As concepções sobre o conceito de família e em relação à homossexualidade ainda influenciam fortemente o comportamento e a aceitação social diante das famílias homoparentais. A falta de esclarecimentos e reflexão sobre o tema é perpetuado na escola pelo não reconhecimento, invisibilidade e silêncio em relação aos membros destas famílias. Há clara homofobia da grande parte dos profissionais que atuam nas escolas, ainda que esta ocorra pela invisibilidade.

Para Bourdieu (2002), a escola não apenas transmite e constrói conhecimentos, mas também reproduz padrões sociais, perpetuando valores e “fabricando sujeitos”. Assim, é de incumbência da Escola criar condições e estratégias para que os alunos homossexuais tenham

liberdade de expressão e para que os alunos com os pais homoafetivos se sintam seguros no ambiente escolar, sem medo de agressões, tanto físicos como morais. Para isso ocorrer, o incentivo de professores e responsáveis é de extrema importância. Aulas, palestras e vídeos dialogando sobre a sexualidade e suas diferentes combinações podem ajudar na luta de conscientização da diversidade.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados coletados e das reflexões teóricas, o presente TCC teve por objetivo mostrar o posicionamento da escola em relação à configuração familiar homoafetiva. Por intermédio da análise realizada, percebemos que existem conflitos com respeito a temática e que, mesmo considerando a educação como a base formadora de tudo e de todos, na escola ainda existem muitos tabus a serem quebrados, pois, o ambiente escolar e seus profissionais ainda estão envoltos por paradigmas que os fazem vedarem os olhos para uma realidade evidente. Embora propaguem discursos que contrariem essa afirmação, pode-se verificar que ainda existe o preconceito contra pessoas que vão de encontro com o que a sociedade heteronormativa impõe.

Ao analisarmos as respostas, ficou explícito, na fala da maioria dos professores participantes da pesquisa, que assuntos relacionados a homossexualidade/homoafetividade ainda são tratados como tabu. Isso foi perceptível devido a reprodução de discursos padronizados, envolvendo sociedade e religião, regados de intolerâncias e falta de conhecimento.

Dentro dessa perspectiva, voltando o olhar para a formação continuada desses profissionais, percebemos que existe certa carência e em especial a problemática relacionadas a esse tema. Os alunos convivem com a homoafetividade das mais diferentes formas, não necessariamente por apresentarem comportamento homoafetivo, mas podem conviver com essa realidade seja por que alguém na família assumiu essa orientação, ou por outro lado, seja por que convive com quem explicita todo o seu preconceito em relação às pessoas homoafetivas. As dúvidas compartilhadas entre as professoras que atuam no contato direto com esses alunos e alunas dizem respeito a como conduzir essa questão da forma correta, sem por um lado fazer a escusa à homoafetividade e também buscando superar a postura de quem se isenta, omite ou silencia diante das situações trazidas para a escola.

Entendemos que, por mais lentas que sejam as mudanças nos âmbitos sociais, elas são fundamentais para que tenhamos um olhar mais humano, a fim de que, quando o assunto for a família, seja composta por dois pais ou duas mães, possamos compreender que isso implica afeto, ou seja, que nessa relação o sentimento é o mesmo independente da orientação sexual. Esperamos que a Escola, juntamente com os profissionais que a ela pertencem, seja o elemento chave para que esse ideal seja concretizado, pois, essa instituição é um importante

cenário, de visibilidade a diversidade e deve disseminar a diminuição do preconceito e da discriminação.

6.0 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete e MORUZZI, Andreia Braga. **O plural da infância**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Educação sexual: debate aberto**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOURDIEU, P. PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BORDIEU, P. **A sociologia da educação: Limites e contribuições**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús (2002). **Parcerias homossexuais: aspectos jurídicos**. São Paulo: RT, 2002. Disponível em : <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1645/1568>> Acesso em : 03 de fevereiro de 2016

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer no 17/2001. 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf> Acesso em: 05 de fevereiro de 2016

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITZMAN, Deborah. **O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan/ jun 1996. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>> Acesso em: 08 de abril de 2016

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55 a 81.

_____. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CADETE, V. G.; FERREIRA, S. P. A.; SILVA, D. B. **Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso**. Interação em Psicologia. [Paraná], v.16, n.1, p.101-112, 2012.

CARVALHO, Cláudia Pato de. Resenções. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 70, dezembro de 2004, p. 205-210. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/Recensoes_revcríticas/recensoesrccs70.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2016

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Assembléia Nacional Constituinte, 1988.

COSTA, M. V.(Org.). 2004. **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: Editora da UFRGS
Fry, Peter. **O que é homossexualidade** / Peter Fry e Edward MacRae . - Sao Paulo Abril Cultural Brasiliense, 1985.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992. p. 21, 70. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>> Acesso em: 03 de março 2016.

GALLEAZI, I. M. S. **Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero**. In: Mulher e Trabalho. v.1, 2001. Disponível em: 179 Revista Magistro - ISSN: 2178-7956 www.unigranrio.br Vol. 8. Disponível em:
<http://revistas.fee.tcche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2669/2991> Acesso em 05 de março de 2016

GIROUX, Henry. **Praticando estudos culturais nas Faculdades de Educação**. In: SILVA, T. T. (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropologia em 1a mão, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

HENRIQUES, R. et al. (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD, n. 4, Brasília, maio de 2007.
Disponível em:
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/viewFile/21411/14148>. Acesso em: 08 de abril de 2016

IBGE. Censo demográfico de 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acessado em: 15 de abril de 2016

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

. **Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares**. In: SILVA, L. H. A escola cidadã no contexto da educação globalizada. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.33-47.

_____. **Currículo, gênero e sexualidade**. Portugal: Porto, 2000.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIMA, Sabrina Souza de. **Escola e família: problematizações a partir da homoparentalidade.** In: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36339> . Acessado: 12 de março de 2016

LIONÇO, T.; DINIZ, Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.) **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: UnB, 2009.

MACHADO, Aline Maria B.; MACHADO, Charliton J. S. **Gênero, Movimento Sociais e ONGs: Reflexões de Pesquisa.** Editora Universitária: João Pessoa, 2012.

MAISTRO, V.I.A. **Projetos de Orientação Sexual nas escolas: seus limites e suas possibilidades.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_celina_celia_furlan_correa.pdf. Acesso em: 08 de abril 2016

MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual.** MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2012 <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em : 18 de abril 2016.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.** Revista Ciência & Educação. v.9, n.2, dezembro 2003.

RIOS, Luis Felipe. **Homossexualidade no plural dos gêneros: reflexos para incrementar o debate sobre diversidade sexual nas escolas.** In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 97-111. Disponível em:

<http://monografias.brasilescuela.uol.com.br/pedagogia/relacoes-genero-sexualidade.htm>.

Acesso em 02 de março de 2016

REALI, Noeli Gemelli. **Homoparentalidade e escola: que conjugação é essa?** 2009. In: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5637--> Int.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro 2016.

Secretaria de Educação Fundamental. (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiros e quartos ciclos: Orientação sexual.** Brasília, DF: Autor.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche.** Belo Horizonte: Autêntica, 1995

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral & OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e transformações da família ao longo da História. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003. Disponível em:

http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1366661515_ARQUIVO_DEMENECH,2013UNICAMP.pdf Acesso em: 03 de março de 2016

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ZAMBRANO, Elizabeth. **O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. Porto Alegre: Vênus, 2006
[http://www.abglt.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4\[1\].pdf](http://www.abglt.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4[1].pdf) . Acesso em : 02de abril 2016.

7.0 ANEXO

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

1. É importante dialogar gênero na escola?

Sim Não

Por quê ?

2. O que você pensa sobre a família homoafetiva?

3. Na escola em que trabalha tem famílias homoafetivas?

sim não

4. A sexualidade é um dos temas transversais propostos nos PCN's e a liberdade de expressão é um direito garantido pela constituição brasileira. Em sua opinião, há empecilhos para a discussão do tema nas escolas?

Sim Não

Por que?

5. Na escola em que trabalha existe meninos afeminados e meninas masculinas?

Sim Não

6. Qual é o papel da escola a homoafetividade? A escola precisa dialogar sobre o tema?

7. Você acredita que a escola é um local que deve favorecer a diminuição das intolerâncias entre as pessoas?

Sim Não

Por quê?